

Reactivação rural e prevenção de incêndios em territórios minifundiários abandonados



1 base de opinião declaração de interesses

2 o abandono de territórios minifundiários e os ciclos de incêndio catastróficos

- ⇒ evolução para situações de colapso territorial – económico, ambiental e social
- ⇒ evolução irreversível e exponencial

3 A importância da aplicação PAC para compreender e para resolver

- ⇒ A aplicação da PAC e o acelerar do abandono do minifúndio na década de 90
- ⇒ O PRODER (2010-2014) – um passo em frente
- ⇒ O PDR (2015-2020) – vários passos para trás
- ⇒ Proposta da petição -Reforço da gestão estratégica de combustível (50 M€/ano x 5 anos) nas áreas minifundiárias

4 As propostas desta petição

- ⇒ Bombeiros territoriais
- ⇒ Gestão estratégica combustíveis: 25 m cam florestais, linhas de água

5 A evolução da petição e deste movimento cívico

1.1. INTRODUÇÃO E DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Queremos cumprir a função de observadores avançados: relatar factos - transmitir opiniões e propostas fundamentadas na realidade local dum território de minifundio, para contribuir para que mais depressa se chegue à solução que baixe a ocorrência de fogos catastróficos e permita tirar partido desse recurso imenso que é o território rural de minifundio, cerca de 2/3 do País.

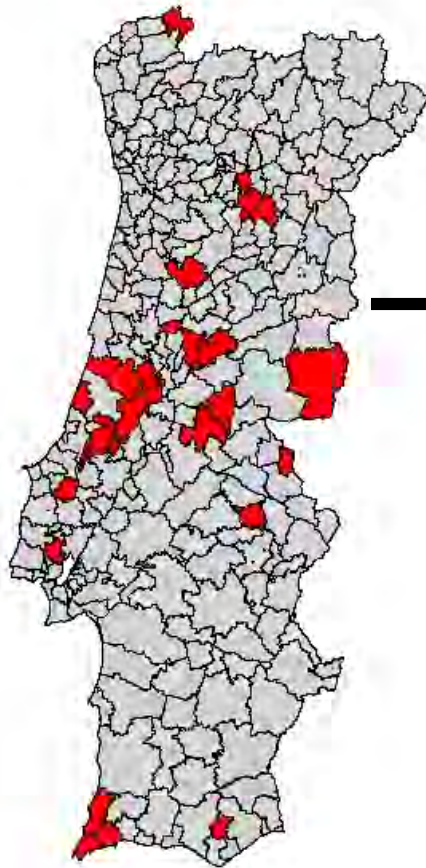
Sentimos há 33 anos, na 1ª pessoa a inviabilidade económica da agricultura nestes territórios (ao projectar a instalação por mais contos que se fizesse não dava o ordenado mínimo). Começamos por fazer o que viamos que faltava para arrancar uma nova fase de actividade rural, já há 33 anos!: levantar e conhecer o território e levar esse conhecimentos-cartografia- aos centros de decisão cada vez mais afastados do local e com acção cada vez mais relevante, já que agricultura deixava de funcionar pelo mercado, e passava a estar muito dependente das decisões tomadas burocraticamente e longe dos locais

Declaração de interesses: A nossa intervenção nesta realidade, na sua maioria, foi e é feita através duma microempresa constituída em 1991, tentando manter 5 pessoas em actividade no minifundio de Ourem. A problemática dos fogos e a planificação da sua defesa impôs-se desde logo como o “principal factor limitante”. Fica parecido com um médico que vive de tratar doentes

1.2. BASE DA OPINIÃO - 28 ANOS DE EXPERIÊNCIA GEOTERRA

A partir de 1991 - 1º FASE – diagnóstico e estudo dos processos de abandono e incêndios – planificação da intervenção fundamentada no diagnóstico: 1,2 M ha cartografia, depois de 1995, 50 planos municipais ;345 000ha de matos 467 (>1m)

A partir de 2004 - 2º FASE –intervenção para evitar “Planos na Gaveta”. 9 450 ha de limpeza em minifúndio, 170 projectos, 62 empresas, 90 freguesias em 30 concelhos mais de 8 000 proprietários



A partir de 2008 - 3º FASE – Resina e Gestão Florestal em. ZIF



Freguesias só com Projecto



Freguesias com Projecto + obra

1.3 AO QUE SE CHEGOU E A JUSTIFICAÇÃO PARA ESTA PETIÇÃO

1. destes 30 anos chegámos a duas grandes conclusões:

1. Os ciclos de incêndios nas áreas minifundiárias estão imparáveis e a acumulação da carga combustível está cada vez grave: fecho dos vales continuidade florestal, etc,

2. No PRODER provou-se que afinal é possível intervir com escala no minifúndio abandonado e desbloquear a iniciativa privada em ações com escala – (editais + Juntas de freguesia), outras iniciativas (Montis por ex.)

3. No PDR este caminho foi eliminado e nem depois da catástrofe de 2017 se corrigiu e nunca se fez tão pouco em gestão estratégica de combustíveis. As limpezas á volta das casas claro que são importantes para a protecção civil mas não são estratégicas não param o fogo onde ele se descontrola. É como construir diques nas casas em vez de reparar a fenda numa barragem.

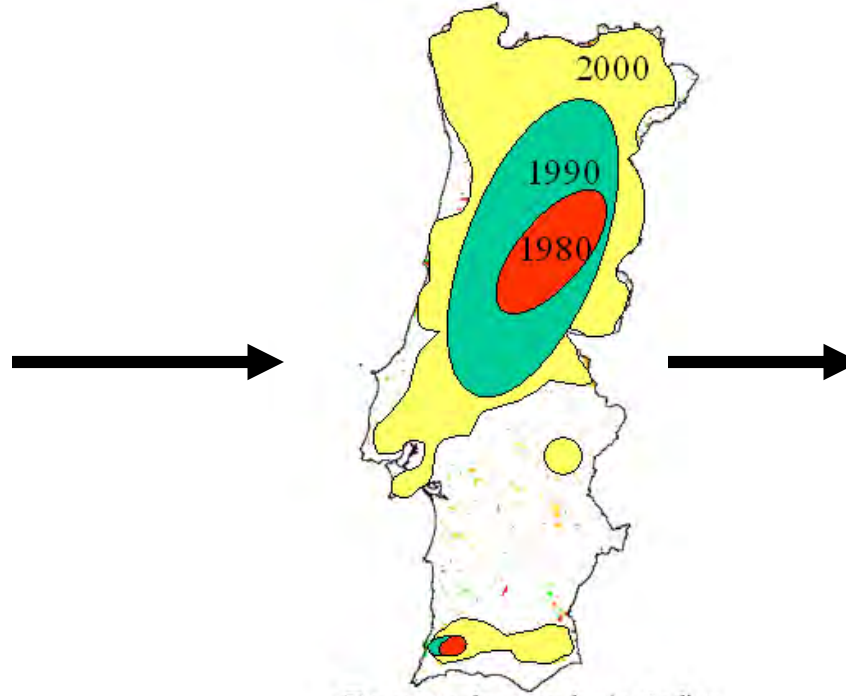
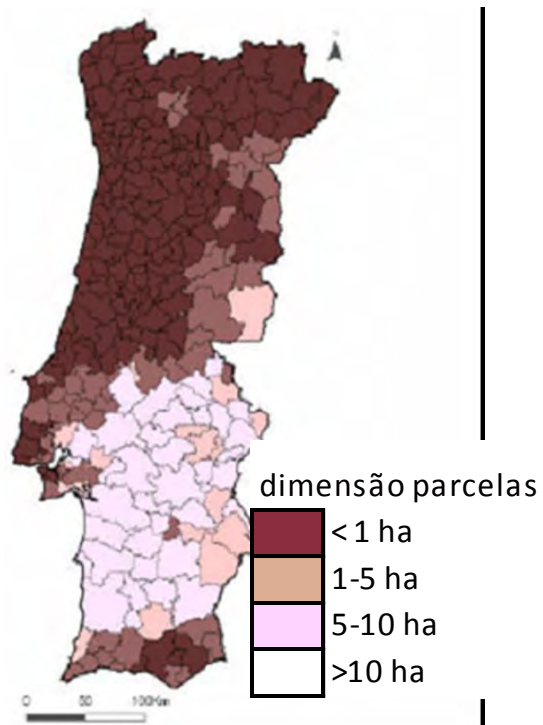
4. Por um lado fica a **frustração** de não se ter conseguido levar os decisores a corrigir o rumo a tempo, por outro lado fica a **perplexidade** de ver que nem agora se esta a mudar, havendo a PAC, tantos antecedentes de equidade e coesão territorial por tratar, tantas externalidades por pagar, e envolvendo consequências tão graves.

5. Esta petição justifica-se por tudo isto - Vimos cumprir a função de observadores avançados, relatar factos ou pelo menos transmitir opiniões e propostas fundamentadas com o que se passa no terreno.

2.1 O COLAPSO AGROFLORESTAL DO MINIFÚNDIO PORTUGUÊS - 2/3 PAÍIS (CENTRO/NORTE/ALGARVE)

o abandono agroflorestal das últimas décadas nas áreas minifundiárias desencadeou processos de ciclo de incêndios catastróficos

Dimensão parcelas (fonte ICNF)



Expansão grandes incêndios ultimas décadas (Cortes congresso florestal espanhol 2008, Ávila)



Área ardida grandes incêndios 2017 fonte:EFFIS

Conclusão: nas nossas condições climáticas (secura mediterrânica alternando imprevisivelmente com humidade atlântica) territórios não geridos pelo homem passam a ser “geridos” por incêndios catastróficos

2.2. Um território com alto potencial florestal que passa a contribuir negativamente para o PIB !!!! E a tornar perigosa e insustentável a vida das pessoas

1. **Marginalização económica e ambiental** – em vez alto potencial florestal do território ser aproveitado na economia, ambiente passa a ser canalizado para **Incêndios de dimensão cada vez mais catastrófica**

2.– artigo de “El Pais de Junho 2018” faz uma síntese perfeita do caso extremo Português

Incêndio Pedrogão e de 15 Outubro equivalem a **210** bombas atômicas de Hiroshima ..

15 de Outubro – registo do record mundial de rapidez de propagação **14 000 ha /hora**

Incendios como bombas atómicas

El éxodo rural, los cambios socioeconómicos y el cambio climático facilitan una acumulación inmensa de combustible vegetal listo para arder con intensidades y velocidades nunca vistas. Antes vivíamos del bosque; ahora nos defendemos de él

MARC CASTELLNOU RIBAU | ALEJANDRO GARCÍA HERNÁNDEZ

24 JUL 2018 - 20:47 CEST



NICOLÁS AZNÁREZ

Es sabido que los incendios forestales son cada vez más grandes, más veloces y más intensos. Aún así, lo que la comunidad científica observó atónita en 2017 en diversos puntos del planeta es algo escalofriante hasta para los especialistas en la materia.

Los incendios forestales del 2017 pusieron más cenizas en la atmósfera que respiramos que diez años de erupciones volcánicas. Las intensidades caloríficas emitidas por los incendios de junio y octubre en Portugal fueron respectivamente de 68 y 142

1940

2.3. ENQUADRAMENTE REALIDADE MARCADA PELO COLAPSO DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS CLÁSSICOS



Aproveitamento biomassa florestal no âmbito dos sistemas agro-florestais clássicos



Vales agrícolas cultivados

50

60

1970



Fecho de Vales agrícolas



Acumulação de carga combustível florestal



1º grande incêndio

80

1990



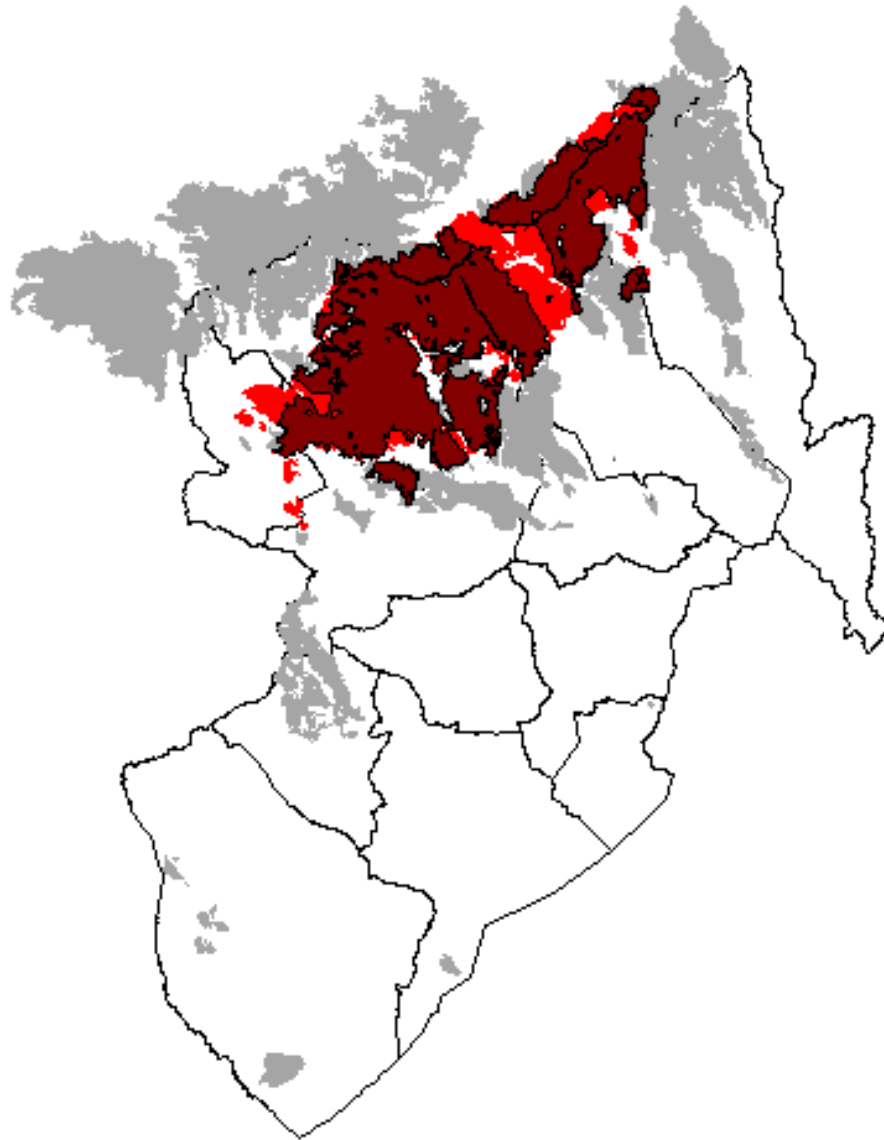
Regeneração natural após incêndio



2º grande incêndio

2 000

2.4. OS GRANDES INCÊNDIOS *Ourém, Pombal, Leiria*



2.5 Casos extremos do processo de abandono: exemplo dos 6000ha do 2º fogo catastrófico de Ourém



1998

Imagens tiradas antes do grande incêndio de 2005



2003 – área de pinhal em início de abandono



2003 – regeneração natural após um pequeno incêndio



2003 – linha do Norte atravessa esta mancha florestal com árvores de grande porte

2.6. Casos extremos ao processo de abandono: exemplo dos 6000ha do 2º fogo catastrófico de Ourém



2014 erosão

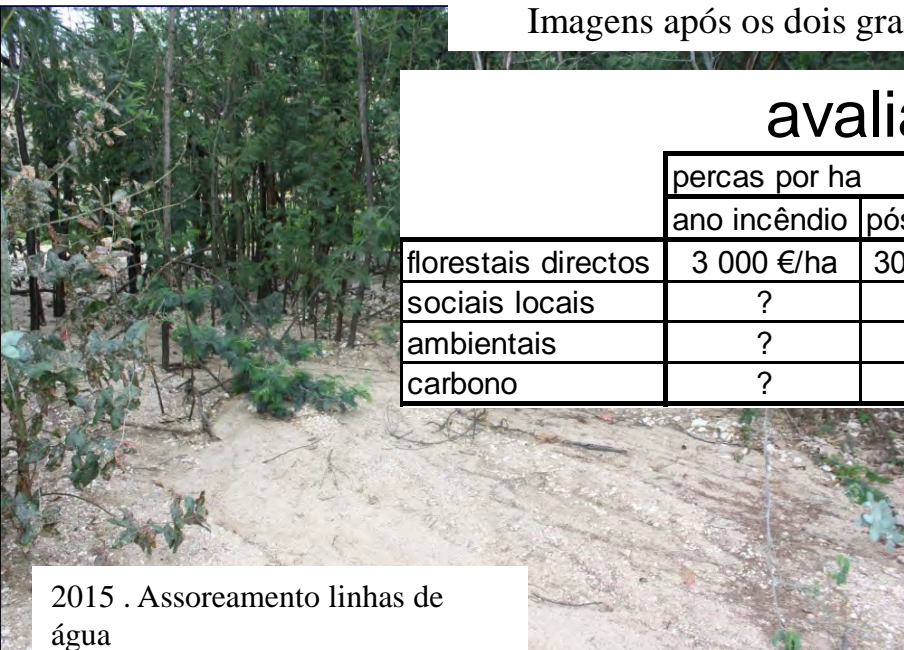


2015 – caminhos destruídos

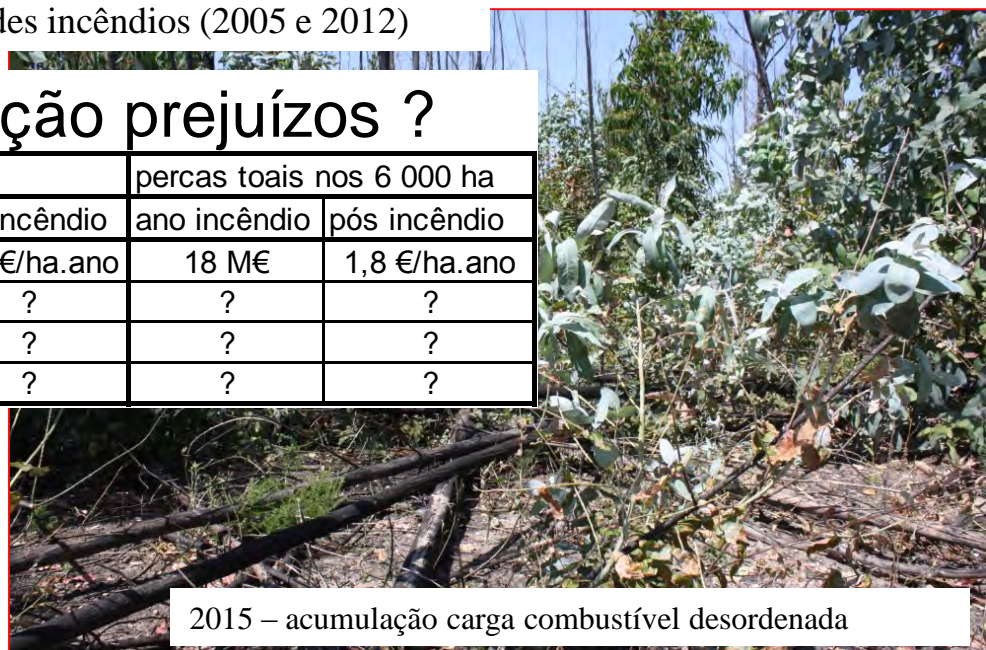
6.000 ha de colapso económico ecológico e social -
Imagens após os dois grandes incêndios (2005 e 2012)

avaliação prejuízos ?

	percas por ha		percas toais nos 6 000 ha	
	ano incêndio	pós incêndio	ano incêndio	pós incêndio
florestais directos	3 000 €/ha	300 €/ha.ano	18 M€	1,8 €/ha.ano
sociais locais	?	?	?	?
ambientais	?	?	?	?
carbono	?	?	?	?



2015 . Assoreamento linhas de água



2015 – acumulação carga combustível desordenada

3.1. A evolução da viabilidade económica dos sistemas agroflorestais a partir de 1950



O AUMENTO DO PREÇO E
ESCASSEZ DA MÃO DE OBRA



PREJUÍZO
↓
**INVIABILIDADE
ECONÓMICA**

datas	custo €		relação jorna mo/ l vinho
	m. Obra (jorna)	l vinho	
1950	0,05 €	0,02 €	3
2010	30,00 €	1,00 €	30



A DIMINUIÇÃO DO PREÇO DOS
PRODUTOS AGRÍCOLAS

3.2. A mecanização não foi suficiente para manter a viabilidade da maior parte dos sistemas

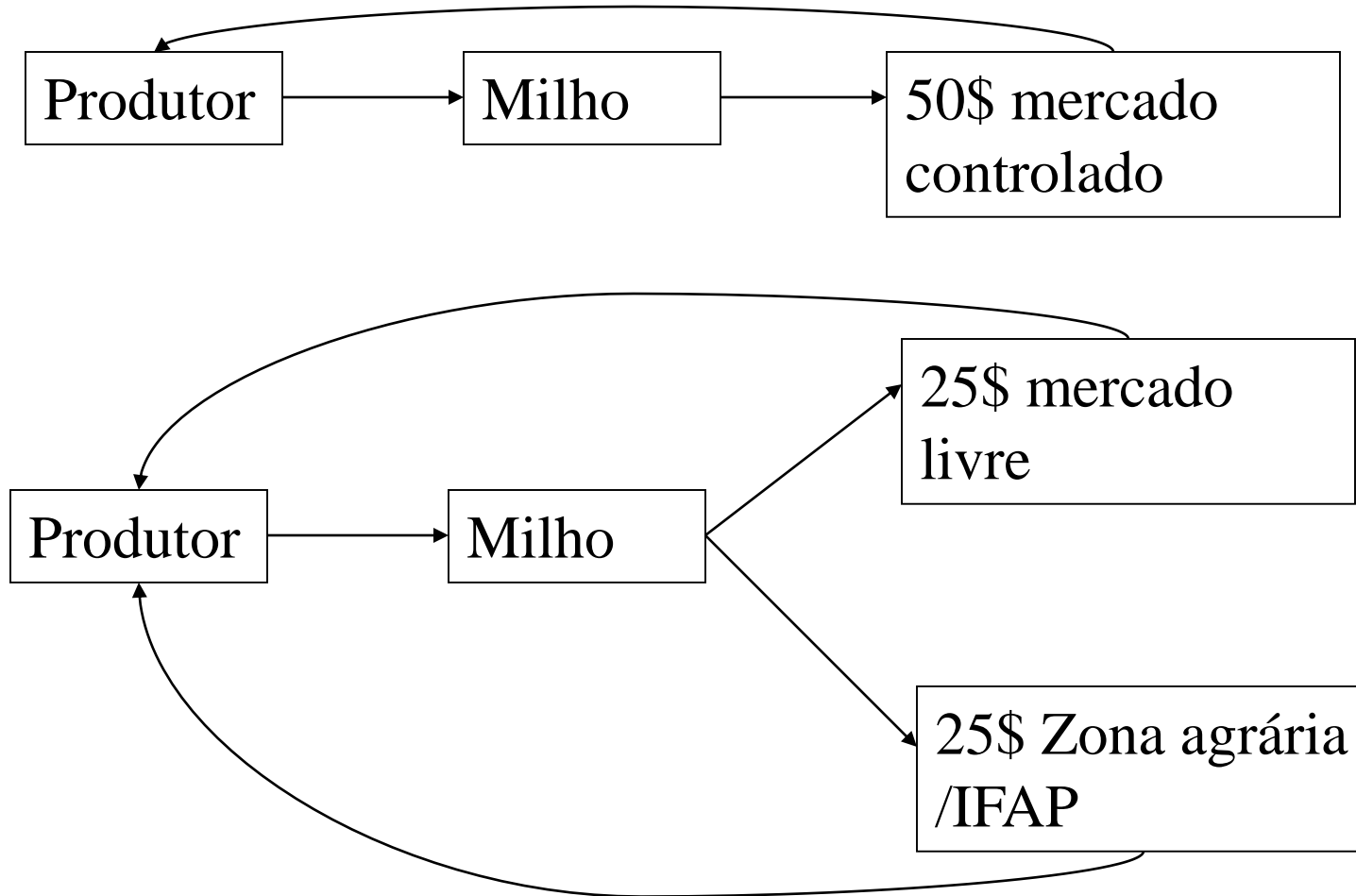
A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A MECANIZAÇÃO NÃO FORAM ALCANÇADAS

⇒ MINIFÚNDIO

⇒ PEDREGOSIDADE DOS SOLOS



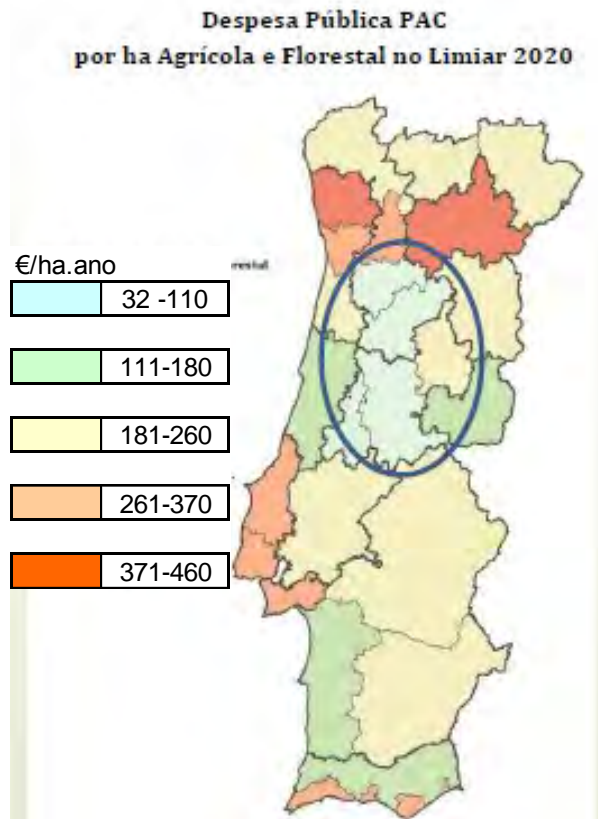
3.3. A reforma da PAC na década de 1990 tornou a viabilidade dos sistemas minifundiários ainda mais baixa



3.4. Intensificação dos processos de abandono dos sistemas agroflorestais



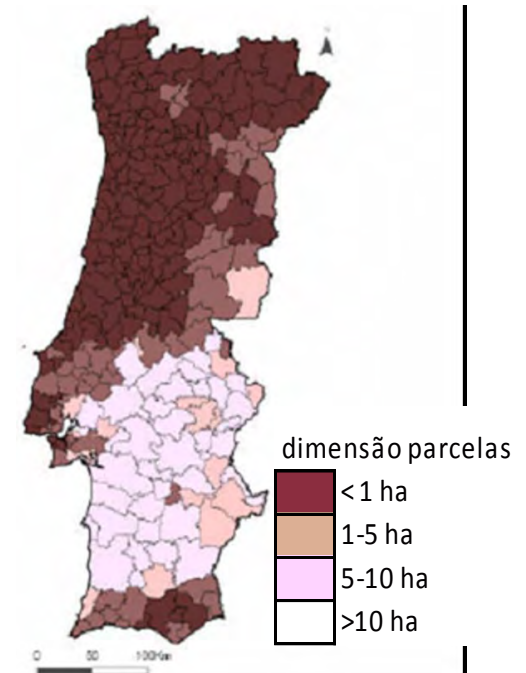
3.5. Distribuição nacional dos fundos da PAC



Fonte: Cordovil F, Rolo J.C., INIAV, 8/1/2019



Área ardida grandes incêndios 2017
fonte:EFFIS



Dimensão parcelas (fonte ICNF)

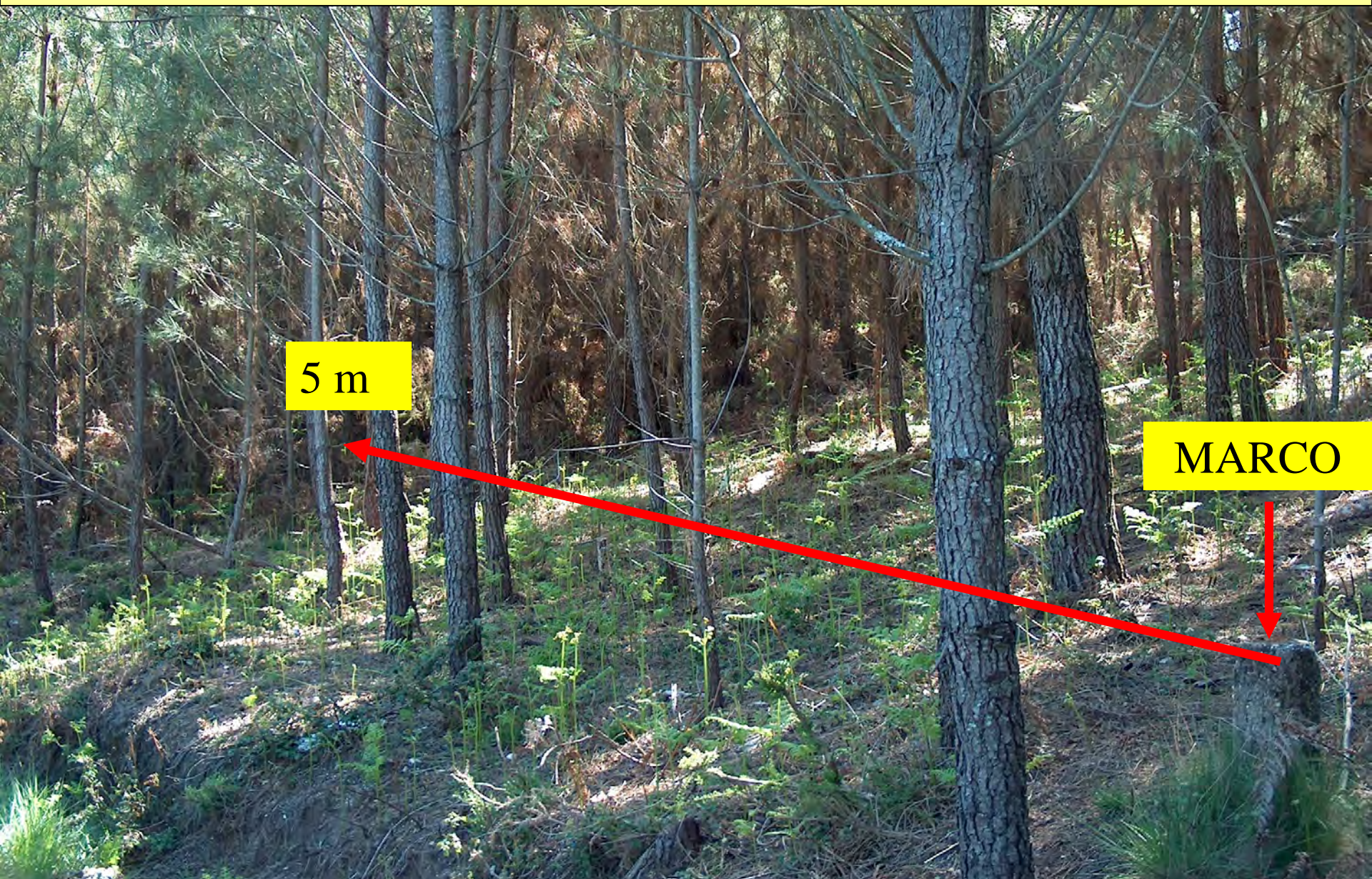
3.6 OS ERROS DOS ÚLTIMOS 20-30 ANOS NÃO ESTÃO A SER CORRIGIDOS

1. O MINIFÚNDIO ESTÁ BLOQUEADO

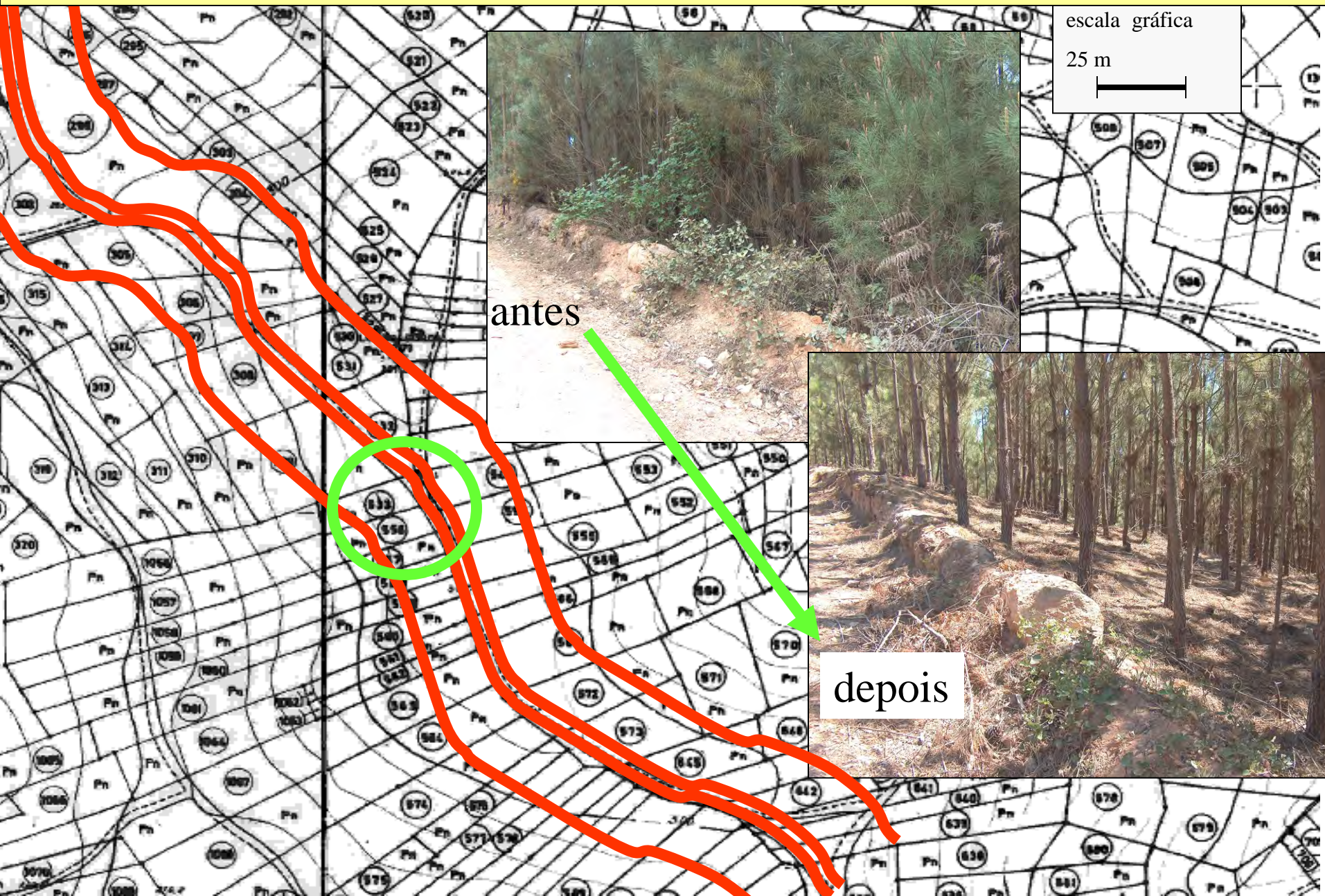
2. Proder (1 passo em frente) – 2010-2014 - 1º vez na PAC apoio efectivo à gestão combustível minifúndio

3. PDR (vários passo para trás) – 2014-2020 – reprovação da gestão combustível minifúndio

O MINFÚNDIO PRIVADO ESTÁ COMPLETAMENTE BLOQUEADO – NESTA FASE O PAPEL DO ESTADO É ESSENCIAL (MESMO NAS ECONOMIAS MAIS LIBERARIS É UM CLARO PAPEL DO ESTADO)



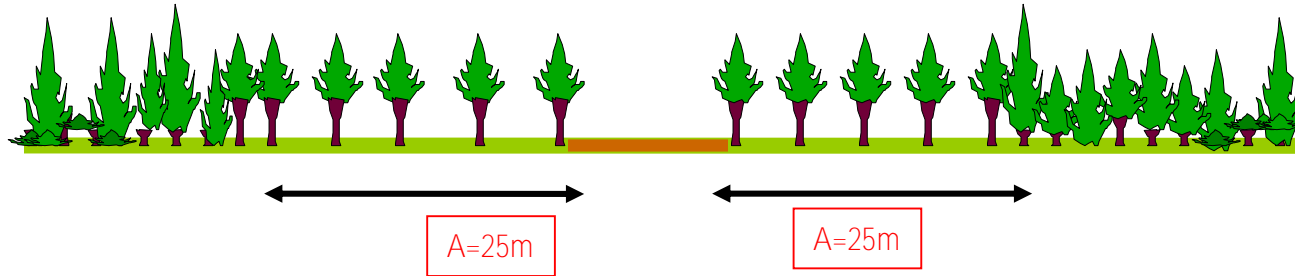
Projecto piloto valongo – faixa auxiliar construída pela C.M. Ourém, com apoio do programa AGRIS, em propriedade privada minifundiária (20 ha –260 matrizes)



3.8 PRODER (2010 – 2014) – UM PASSO EM FRENTE – RECURSO AO EDITAL FREGUESIAS EM SUBSTITUIÇÃO PROPRIETÁRIOS

Escolha estratégica para garantir o máximo de eficácia da intervenção

⇒ Centrados na rede viária com localização estratégica que atravessa manchas florestais perigosas e valiosas (25 m x 2 + piso) Deverão formar uma malha contínua



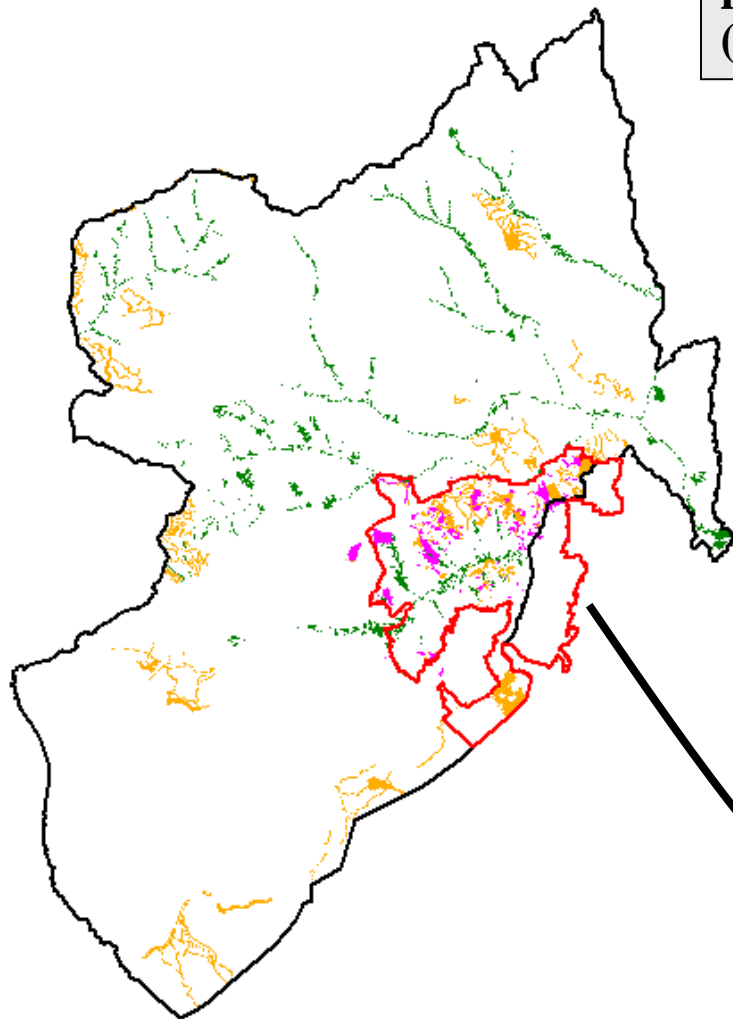
3.9 O 2º passo da reactivação – ex. ZIF de Seiça

A aplicação do PRODER ao concelho de Ourém – os passos da reactivação da intervenção humana

**1º passo - Freguesias em substituição
proprietários – projectos com escala (20-60 ha)
(20 – 400 ... proprietários)**

⇒ **2.31.1. Melhoria galerias ripícolas
850 ha**

⇒ **2.3.3.1. Mosaicos gestão de combustível
1.300 ha**



**2º passo – ZIF de Seiça –
continuidade da intervenção**